

# AMAZÔNIA BRASILEIRA: OCUPAÇÃO E POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS

Quando aceitamos a tarefa de coordenar a seção de Dossiê da *Revista de Estudos Brasileños*, o Brasil vivia o início do governo Bolsonaro e as previsões mais pessimistas sobre os retrocessos econômicos, sociais, culturais, ambientais e sobre a retirada de direitos se confirmavam de forma contundente. Este cenário, porém, agravava o contexto deflagrado a partir de 2016 com a ruptura política que interrompeu o mandato da ex-presidente Dilma Rousseff e abriu caminho para a ascensão política de setores ultraliberais contrários à regulação do capital, do trabalho, do acesso aos recursos naturais e refratários aos ideários, por assim dizer, iluministas.

O governo empossado em 2019 trouxe o desmonte de partes do Estado, com destaque dos sistemas de participação e controle social em políticas públicas e das instituições de gestão ambiental e territorial. Por decretos ou por medidas submetidas ao Congresso Nacional, os marcos regulatórios socioambientais, resultados de avanços democráticos amparados pela Constituição de 1988, tomaram rumos de liberalização e de caça aos bens da natureza que se encontram nas últimas áreas protegidas do país. O mais recente ataque acontece com a revogação de resoluções que preservavam áreas de restingas e manguezais e outras que exigiam licenciamento ambiental para projetos de irrigação e regras para a queima de lixo tóxico. Essas medidas afetam drasticamente os ecossistemas e as populações tradicionais que habitam as Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX-MAR), sendo 17 pertencentes ao complexo de 52 Unidades de Conservação da Zona Costeira Marinha da Amazônia, cuja proteção faz parte dos compromissos nacionais frente aos acordos globais de proteção de Zonas Costeiras e Direitos do Mar.

A pandemia da Covid-19 revelou e aprofundou as frequentes crises do atual padrão de capitalismo financeiro e neoliberal. Em especial, as crises associadas à destruição da natureza, às catástrofes ambientais e à exclusão e desigualdades que ainda imperam no mundo e, de forma ainda mais marcante, no Brasil.

Para a Amazônia, os retrocessos elevam exponencialmente os desmatamentos e queimadas criminosas, destroem vastas áreas de florestas, intensificam a invasão de Terras Indígenas (TIs), as Unidades de Conservação (UCs) e as atividades predatórias de extração de minérios e madeiras. O sistema de monitoramento de dados sobre desmatamento e queimadas, reconhecido internacionalmente, realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) subsiste à tentativa de desacreditização por parte das autoridades governamentais. Os dados sobre a destruição da Amazônia estão atualmente sujeitos à disputa de narrativas, tendo, de um lado, o controle militar no comando das políticas ambientais e, do outro, a comunidade científica e a sociedade se esforçando para dar visibilidade aos danos.

Com a elevação da demanda de proteína animal e de *commodities* agrícolas pelo mercado internacional de alimentos, são ampliadas as conversões de áreas de florestas e de cultivos alimentares locais em pastos para pecuária extensiva e para monocultivos de grãos. A Amazônia tem sido palco dos maiores índices de pressão fundiária e ambiental com efeitos sociais sem precedentes, com a desestruturação de territórios de uso comum (Reservas Extrativistas – RESEXs<sup>1</sup>, Terras Indígenas - TIs, Projetos de Assentamento – Pas<sup>2</sup>). O mais desconcertante é ver que a flexibilização do regimento ambiental é uma política governamental, acompanhada do estímulo explícito às atividades predatórias e de apropriação de territórios de uso comum e de Unidades de Conservação. Tal fato favoreceu o avanço sobre áreas até então protegidas, o aumento de conflitos socioambientais e ameaças de genocídio indígena. O genocídio decorre da integração forçada

ao “mercado” ou pela autorização governamental de retomar contato com os índios isolados, que sempre resulta na transmissão de doenças e na desestruturação desses povos.

O Dossiê que ora apresentamos tem como tema a Amazônia, a maior floresta tropical do mundo. Ela é formada pelos territórios da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela, sendo que, no Brasil, a Amazônia ocupa 60% de seu território. Nela habitam centenas de povos indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, agricultores familiares, camponeses, entre outros. Mais de uma centena e meia de línguas indígenas são faladas pelos povos indígenas da Amazônia brasileira, onde a história da ocupação humana apresenta sítios arqueológicos dos mais antigos das Américas e do mundo. A exploração intensiva das florestas, solos e águas da Amazônia tem provocado a destruição de seus ecossistemas e modos de vida tradicionais, comprometendo de forma irreversível a biodiversidade e a manutenção e sobrevivência de seus povos e comunidades.

A importância da Amazônia e a de ampliar o conhecimento sobre essa realidade orientou a temática para a chamada do número 15, da *Revista de Estudios Brasileños*, na seção Dossiê, que teve como tema Amazônia Brasileira: ocupação não-sustentável e políticas socioambientais na transição dos séculos XX ao XXI. Tema de tal abrangência atende ao objetivo de reunir trabalhos que reflitam as concepções e modelos de compreensão da ação humana sobre a natureza, sistemas de produção no Bioma Amazônico, diferentes estratégias de uso de territórios por populações locais e agentes exógenos e performance das estratégias econômicas promovidas pelos principais agentes que incidem na economia, no clima e nas sociedades abrigadas na Amazônia Brasileira.

A abrangência do tema também já refletia a apreensão sobre as dimensões e gravidade da desconstrução de sistemas de proteção e de gestão conquistados pela sociedade brasileira ao longo de trinta anos de debates, lutas sociais com a perda de vidas, progressos científicos e de governança, institucionalização e de pactuações que envolveram a sociedade e o Estado. Os artigos aqui apresentados foram escritos antes da pandemia, mas como tratam de questões estruturais da realidade amazônica, abarcam fenômenos que não mudam em essência, estando sujeitos apenas a uma maior potencialização. E o efeito da crise sanitária é o agravamento da fragilização social e ambiental.

A pujança do assunto Amazônia, aliada a uma vasta produção científica presente nos estados da região e no país abordando os fenômenos da área, resultou na apresentação de 71 artigos. A riqueza das reflexões acadêmicas e das realidades representadas nos estudos motivou a equipe editorial a abordar a Amazônia em mais uma seção do Dossiê na edição de 2021. Assim, optou-se por agrupar na edição de 2020 trabalhos abrigados sob o tema *Amazônia: Dinâmicas Econômicas e Socioambientais* e, na edição de janeiro de 2021, trabalhos que abordem a *Amazônia: Cultura, Educação e Memória*.

A presente edição traz cinco artigos por meio dos quais o leitor tem a oportunidade de conhecer um pouco sobre a trajetória das políticas nacionais que impactaram a região amazônica, com uma visão panorâmica das principais ações do Estado brasileiro e seus efeitos sobre o uso da terra e das águas pelas populações que habitam a região em diferentes realidades da Amazônia. O artigo intitulado “A Amazônia e o desenvolvimento: aspectos da trajetória das políticas públicas na região”, de autoria de Maria Dolores Lima Silva, professora do programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará (UFPA), propõe uma compreensão sobre as políticas macro que influenciaram a ocupação da região nos últimos 50 anos e discute seus desdobramentos na atual conjuntura.

Aspectos relacionados a impactos socioambientais derivados da construção de Usinas Hidrelétricas (UHEs) são retratados no artigo “Conflitos socioambientais na pesca do Mapará: efeitos da barragem de Tucuruí”, de Bianca da Silva Holanda, mestranda do programa de pós-graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da UFPA, e seus três coautores, professores também dos programas de pós-graduação em Agriculturas Amazônicas; em Sociologia e Antropologia; em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia; em Cidades, Territórios e Identidades e do Grupo Diversidade Socioagroambiental na Amazônia. Os autores argumentam que as transformações ambientais decorrentes da construção da barragem são a base dos conflitos entre pescadores artesanais. Indicam a redefinição dos locais de pesca, assim como das relações entre pescadores profissionais e a comunidade local. Tratam de mudanças de regime de pesca e de subsistência impostas às comunidades

tradicionais, comprovando a irreversibilidade de impactos biológicos com repercussões na alimentação e estratégias de subsistência das populações do rio Tocantins (PA).

O artigo “Avaliação ambiental de áreas de buritizais como subsídio para gestão dos recursos hídricos de Ji-Paraná (Rondônia, Brasil)” é de autoria de José Torrente da Rocha, Nara Luísa Reis de Andrade (UNIR) e Marcos Leandro Alves Nunes, os dois últimos, professores do Departamento de Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e da Universidade Panamericana de Ji-Paraná (UNIJIPA). Os autores apresentam estudos de impacto de poluição urbana na vegetação de buritizais (*Mauritia flexuosa*), palmeiras essenciais para a saúde ecológica das águas. Essa discussão tem sua relevância magnificada ao se considerar que cerca de 70% da população amazônica se concentra em áreas urbanas, com tendência de aceleração da migração rural-urbana.

A questão agrária na Amazônia é retratada no artigo intitulado “Renda monetária e patrimônio familiar em assentamentos ambientalmente diferenciados na Amazônia: análise comparativa em Anapu, Pará”, de Maria Cristina de Lima Costa (mestre pela UFPA) e Roberto Porro, este vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (INEAF/UFPA) e Embrapa Amazônia Oriental. O trabalho analisa as estratégias econômicas e desafios dos agricultores familiares em assentamentos de reforma agrária, com uma comparação dos sistemas de produção entre as modalidades de assentamentos convencionais (PAs) e Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs), em Anapu (PA). Nos PDSs o uso da terra combina agricultura e manejo florestal comunitário ou individual. É uma modalidade que assentamento defendido e institucionalizado como fruto da luta liderada pela irmã Dorothy Stang, assassinada em 2005, em conflitos por essas terras analisadas no trabalho.

Por fim, o artigo intitulado “Georeferenciamento socioambiental e cultural para territorialidade em comunidades agroflorestais: bases teóricas e metodológicas”, de Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior e outros três professores da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e mais dois professores da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA, Brasil), além de um doutor e uma graduanda da UFRA, reúne competências em desenvolvimento sustentável; sociologia rural; ciências agrárias, florestais e biológicas; e engenharia cartográfica. O artigo trata do ordenamento territorial com a participação comunitária no contexto de gestão de florestas públicas estaduais, no Oeste Paraense, e apresenta o georeferenciamento do uso da terra como metodologia de reconhecimento dos territórios de e por populações tradicionais na Amazônia, orientando políticas de Estado na destinação de áreas tradicionalmente ocupadas.

Desta forma, apresentamos um pouco da realidade da Amazônia com seus desafios de adaptação aos impactos da ação predatória, dos esforços de suas populações e das instituições de pesquisa e ensino superior para a compreensão dessas realidades com vistas ao fortalecimento de estratégias sustentáveis das populações locais e de ações que possam recuperar danos e evitar o prosseguimento da lógica destruidora em curso. Agradecemos às pesquisadoras e pesquisadores que apresentaram trabalhos ao processo de seleção dos artigos para publicação nesta Revista.

Nosso trabalho de indicação de pareceristas e escolha de artigos foi realizado em plena crise sanitária associada ao Covid-19, ocasionando um atraso considerável para a conclusão das avaliações.

Ressaltamos que as lições mais relevantes da pandemia remetem à necessidade de estabelecer novas e sustentáveis formas de desenvolvimento igualitário e de convivência com a natureza. A intensa discussão colocada no país e no mundo sobre o futuro possível se desdobra com o questionamento das possibilidades de sobrevivência da democracia, de transformação e mesmo superação do capitalismo, assim como de mudança radical no regime de acumulação para outro que garanta atender aos requerimentos da sustentabilidade sanitária, social, ambiental, econômica e política.

Para finalizar, fazemos uma reverência aos milhares de mortos pela Covid-19, no Brasil e no mundo, seus familiares e amigos e, especialmente, aos povos indígenas da Amazônia, atacados em seus territórios por invasores oportunistas que, além de desmatar suas áreas de trabalho e vida, levam a doença provocando a contaminação de milhares, com

a convivência do atual governo que os abandonou à própria sorte. Trata-se de um verdadeiro genocídio, inclusive de caciques tão importantes na coesão política e cultural de seus povos, e de uma dilapidação irreparável do patrimônio brasileiro e mundial de diversas gerações. Patrimônio esse altamente apreciado por suas formas próprias e sustentáveis de vida e articulação com a natureza, as quais iluminam alternativas possíveis para o futuro da região Amazônica e do planeta.

Estamos certas da importância que possui a geração, debate e difusão de conhecimentos como esses apresentados neste Dossiê na criação de um futuro mais justo, humano, coeso, inteligente e sustentável.

Boa leitura a todas e todos.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> As Reservas Extrativistas são Unidades de Conservação de uso sustentável. São áreas utilizadas por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 - Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências).

<sup>2</sup> Os Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, na Amazônia, apresentam uma diversidade de formas de uso da terra e das florestas com modalidades diferenciadas como os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs), Projetos de Assentamento Florestais (PAFs), Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEXs) que visam adaptar-se às condições socioculturais de seus beneficiários e ambientais das áreas ocupadas.

### COORDENADORES

**Dr.<sup>a</sup> Raimunda Nonata Monteiro**  
Professora titular da Universidade  
Federal do Oeste do Pará  
(UFOPA, Brasil).

[monteiro.raimunda@gmail.com](mailto:monteiro.raimunda@gmail.com)

**Dr.<sup>a</sup> Enaile do Espírito  
Santo Iadanza**  
Professora do Núcleo de Estudos  
Amazônicos do Centro de Estudos  
Avançados Multidisciplinares da  
Universidade de Brasília  
(UnB, Brasil).

[enaile@unb.br](mailto:enaile@unb.br)

**Dr.<sup>a</sup> Helena Maria Martins Lastres**  
Professora coordenadora da  
RedeSist do Instituto de Economia  
da Universidade Federal do Rio de  
Janeiro (IE, UFRJ, Brasil).

[hlastres@ie.ufrj.br](mailto:hlastres@ie.ufrj.br)